

## A extrema direita “ainda está aqui”? A manutenção silenciosa da Extrema Direita e violações dos Direitos Humanos evidenciados no filme *Ainda Estou Aqui*

Is the right-wing extremism “still here”? The silent maintenance of the Far Right and violations of Human Rights emphasized in the movie *I'm Still Here*

Ana Carolina Silva Miranda<sup>1</sup>

Hemilly Serra dos Santos<sup>2</sup>

Israel Marques Campos<sup>3</sup>

Vera Neusa Evangelista da Silva Neta<sup>4</sup>

17

**Resumo:** O cinema é um forte aliado aos movimentos de resistência política e artística, permitindo que histórias, muitas vezes silenciadas, tenham espaço para serem reproduzidas, enquanto combatem a tentativa de apagamento desses acontecimentos. Dessa maneira, o artigo objetiva investigar como o filme *Ainda Estou Aqui* traz à tona a manutenção da Extrema Direita e a memória histórica acerca dos Direitos Humanos no Brasil, em especial no período da Ditadura Militar. A metodologia consiste em uma revisão bibliográfica narrativa, construída com a utilização de artigos científicos, livros e notícias que compreendem os aspectos históricos, políticos e culturais do país durante o golpe militar e atualmente, com o lançamento do longa-metragem e a ascensão da Extrema Direita. *Ainda Estou Aqui* se mostra como símbolo de resistência ao expor um dos períodos mais sombrios da história brasileira, evitando que os crimes políticos cometidos durante o golpe militar sejam esquecidos. A obra ressalta como a luta pela democracia é um compromisso constante, que deve ser revisitado, para que se aprenda com o passado e não se repitam os feitos e horrores que, ainda hoje, não permitem que inúmeras famílias brasileiras saibam o que realmente ocorreu com seus familiares desaparecidos.

<sup>1</sup> Universidade Federal do Recôncavo da Bahia

<sup>2</sup> Bacharel Interdisciplinar em Saúde e Graduanda em Psicologia pela Universidade Federal do Recôncavo da Bahia.

<sup>3</sup> Pesquisador em Pós-Doutorado - Universidade Federal do Recôncavo da Bahia. Doutor em Educação - Universidade Federal da Bahia. Mestre no Programa Interdisciplinar e Profissional de Desenvolvimento e Gestão Social - Universidade Federal da Bahia. Especialista em Gestão e Estratégias em Indústrias e Culturas Criativas - Universidade de Lisboa. Formação complementar em Direitos Humanos pela Network of Strategic and International Studies (NSIS) e Amnistia Internacional Portugal. Bacharel Interdisciplinar em Humanidades pela Universidade Federal da Bahia.

<sup>4</sup> Bacharel Interdisciplinar em Saúde e Graduanda em Psicologia pela Universidade Federal do Recôncavo da Bahia

Recebido em 06/06/2025

Aprovado em: 30/07/2025

Sistema de Avaliação: *Double Blind Review*



**Palavras-chave:** Direitos Humanos; Extrema Direita; Ditadura Militar; Cinema.

**Abstract:** The cinema is a strong ally of political and artistic resistance movements, allowing stories that are often silenced to have a space to be reproduced, while fighting the attempt of others to erase these events. Therefore, the article aims to investigate how the movie *I'm Still Here* brings to light the maintenance of Right-wing Extremism and the historical memory of Human Rights in Brazil, especially during the period of the Military Dictatorship. The methodology consists of a narrative bibliographic review, constructed using scientific articles, books and news that cover the historical, political and cultural aspects of the country and during the Military Dictatorship, with the release of the feature movie and the rise of Right-wing Extremism. *I'm Still Here* stands as a symbol of resistance by exposing one of the darkest periods in Brazilian history, preventing the political crimes committed during the Military Dictatorship from being forgotten. It highlights how the fight for democracy is a constant commitment, which must be revisited, so that we can learn from the past and avoid repeating the events and horrors that, even nowadays, prevent countless Brazilian families from knowing what really happened to their missing relatives.

**Keywords:** application technology. Drone. Coffea canephora.

## 1 Introdução

O cinema é um elemento cultural que viabiliza acesso à informação, diversão e conscientização crítico-social à medida que promove a representação da realidade historiográfica. Nesse sentido, é possível considerá-lo um aspecto politizador, visto que, por vezes, a arte cumpre papel aliviador em momentos de tensão e, mediante a dramatização, permite o vislumbre de cenários difusos no imaginário coletivo, além de ser importante instrumento de resistência. Para Bosi (1996), a resistência é um movimento no qual o sujeito se vê, reconhece e questiona “os laços apertados que o prendem à teia das instituições” (BOSI, 1996, p.26-27).

A escrita resistente, contida nos roteiros cinematográficos, possibilita voz e dá espaço aos enredos antes silenciados, enquanto recorda partes já conhecidas do referido acontecimento. Tal fato se evidencia por meio de produções que reinterpretem momentos reais, como o filme *Ainda Estou Aqui* (2024), que relata parte do regime político da Ditadura Militar (1964-1985) no Brasil mediante a história de Eunice Paiva. Assim, verifica-se como a trajetória dessa advogada, símbolo da luta contra o golpe militar de 1964, se entrelaça com a de diversos brasileiros à medida que é marcada pela repressão da autocracia, “um grau máximo de absolutismo na direção da personalização do poder” (BOBBIO; MATTEUCCI; PASQUINO, 1998, p. 372), e violação de seus Direitos Humanos (DHs).

A Declaração Universal dos Direitos Humanos (DUDH) foi publicada em 1948 pela Organização das Nações Unidas (ONU), com o auxílio de diversos Estados, o que gerou diversidade em sua elaboração. Mesmo com tal pluralidade, ampla divulgação, tradução em mais de 500 línguas e o objetivo de garantir segurança à população mundial, o documento não obriga os Estados signatários a cumpri-la parcial ou totalmente. Assim, muitas vezes, governos ditatoriais e/ou totalitários violam esses Direitos, como ocorreu durante o regime ditatorial no Brasil, que privou os brasileiros de seus direitos constitucionais, além da ocorrência de torturas e prisões arbitrárias (SILVA, 2020).

A Ditadura Militar brasileira, instaurada no dia 1º de abril de 1964, interrompeu a democracia e destituiu do poder o então presidente da República, João Goulart, com o apoio de grande parte da elite do país, impulsionada pelo medo do avanço do comunismo e pela ameaça à perda de privilégios, decorrente da ampliação dos direitos das classes populares (SILVA, 2020). Por meio de filmes que retratam a referida fase, houve o resgate de narrativas recorrentemente deturpadas por grupos vinculados à Extrema Direita numa espécie de “revisão ideológica” que, parafraseando Napolitano (2015), diz respeito à releitura da Ditadura Militar sem vínculos historiográficos com objetivos de distorção exclusivamente políticos.

Para Bobbio (1995), a distinção entre os movimentos políticos de Esquerda e Direita se dá pelos ideais de igualdade praticados e defendidos por eles. Dessa forma, a Direita se caracteriza por suas doutrinas não igualitárias, que reverenciam o passado e a tradição e acentuam as diferenças, como é possível notar em discursos que afirmam que imigrantes “roubam o trabalho” de pessoas nascidas e criadas naquele país, algo que ocorreu com bastante frequência no Brasil, em 2017, com a imigração de venezuelanos, bolivianos e nigerianos (SINDICATO DOS BANCÁRIOS, 2018). A Esquerda, por outro lado, se baseia em ideais igualitários, e na atenuação das diferenças, com “tendência a remover os obstáculos [...] que tornam homens e mulheres menos iguais” (BOBBIO, 1995, p.121), o que pode ser exemplificado pela luta dos movimentos feministas, que buscam a igualdade entre homens e mulheres.

O Extremismo, por sua vez, é definido pelo autoritarismo estabelecido por tais orientações políticas. Enquanto a Direita se mantém libertária, a Extrema Direita se apoia no antiliberalismo e expressa discursos que, sustentada pelas doutrinas não igualitárias, evidencia as diferenças entre os mais diversos grupos, como acontece no governo de Donald Trump, nos Estados Unidos, com a afirmação do presidente de que os imigrantes ilegais são criminosos

perigosos que devem ser expulsos do país e tratados como “inimigos estrangeiros” (ORGAZ, 2025). Já a Extrema Esquerda, se constitui com o autoritarismo de seus governantes, o que é possível notar no governo de Daniel Ortega, na Nicarágua, e seus atos de mudanças nas regras eleitorais, para se manter no poder, controle da mídia nacional e perseguição à Igreja Católica (MATRAVOLGYI, 2024; G1, 2024).

Este artigo ambiciona investigar como o filme *Ainda Estou Aqui* traz à tona a manutenção da Extrema Direita e a memória histórica acerca dos Direitos Humanos no Brasil. Especificamente, objetiva-se compreender as violações dos Direitos Humanos ocorridas durante a Ditadura Militar no Brasil, verificar como o filme supracitado colabora para a ampliação compreensiva da memória brasileira sobre esse período, analisar as repercussões sociais e/ou midiáticas dessa obra no atual cenário político e pesquisar a permanência silenciosa (ou ruidosa) da Extrema Direita, evidenciando o cinema como uma forma de resistência política e artística.

Torna-se necessária a análise do contexto considerando o atual cenário nacional, com ameaças ao Estado Democrático de Direito, sendo evidenciado pela invasão e depredação das sedes dos Três Poderes, no dia 08 de janeiro de 2023, e a tentativa de atentado ao Supremo Tribunal Federal, com explosão de bombas, no dia 13 de novembro de 2024 (AZEVEDO, 2024). Ademais, aspectos presentes no período ditatorial como a censura informacional, discursos antidemocráticos e silenciamento de opositores estão contidos nas estratégias de grupos extremistas contemporâneos, transformando o estudo em um alerta de reconhecimento desses elementos e necessidade de luta contínua pelo governo popular.

Contudo, nota-se a resistência social por meio da cultura, tornando-a uma politização da arte que, em concordância com Benjamin (apud SILVA, 1984), surge como resposta à estetização da política, conceito que remete ao uso de elementos estéticos e símbolos de teor emocional para consolidar ideologias. A aludida politização, consiste no uso da arte reproduzível como meio de conscientização crítica das massas, revelando estruturas sociais, permitindo com que o público compreenda e questione a realidade na qual estão inseridos (SILVA, 1984). Este ideal é alcançado através de criações audiovisuais, que ao atingir grandes audiências, desmistifica certas narrativas e revela injustiças passadas.

## 2 Materiais e Métodos

A metodologia utilizada consiste em uma revisão de literatura, do tipo narrativa, além de ser uma pesquisa qualitativa e ter abrangido obras distintas, como longas-metragens para

estudo e pesquisa da temática. O processo metodológico de construção do artigo ocorreu em 2025, com a busca de materiais em periódicos; revistas das áreas de Direitos Humanos, Cinema e Ciências Sociais; além da plataforma digital Scientific Electronic Library Online (SciELO), principal base de dados pesquisada. A busca dos artigos teve o recorte temporal definido entre os anos de 2020 a 2025 e utilizou os descritores “ditadura militar”, “direitos humanos”, “cinema”, “arte”, “representação” e “política”, assim como o operador booleano “AND”, no entanto, um estudo de 2015 foi adotado, excepcionalmente, devido sua relevância teórica. Durante o processo de exclusão das obras selecionadas, foram desconsideradas aquelas que estavam em outra língua, que não fosse a portuguesa e que não possuíam identificadores como DOI ou ISSN das revistas em que foram publicadas, resultando em 10 artigos científicos. Ademais, foram utilizados 10 livros e 15 notícias jornalísticas que informaram acontecimentos relacionados ao lançamento da obra *Ainda Estou Aqui* e dos governos que estavam no poder, além daquelas que contribuíram para a formação da linha do tempo aqui explicitada.

### 3 Resultados e discussão

#### 3.1 DITADURA MILITAR E DIREITOS HUMANOS: REPRESSÃO E RESISTÊNCIA

Em 1º de abril de 1964, iniciou-se um dos períodos mais sombrios da história brasileira: a Ditadura Militar, que liquidou o regime democrático no país, oprimindo, exilando e torturando opositores ao governo instaurado, impondo um cenário coletivo de temor e sofrimento, cujas sequelas permanecem até os dias atuais. Sob a máscara de uma ameaça comunista fantasma, a esfera militar encontrou a oportunidade para emergir através de um golpe que retirou o então presidente, João Goulart, do poder impondo um governo autoritário, articulando-se com a burguesia industrial/financeira ao promover a reconcentração de renda e propriedade nas mãos de grandes monopólios:

O regime derivado do golpe do 1º de abril sempre haverá de contar, ao longo da sua vigência, com a tutela militar; mas constitui um grave erro caracterizá-la tão somente como uma ditadura militar — se esta tutela é indiscutível, constituindo mesmo um de seus traços peculiares, é inegavelmente indiscutível que a ditadura instaurada no 1º de abril foi o regime político que melhor atendia os interesses do grande capital: por isto, deve ser entendido como uma forma de autocracia burguesa (na interpretação de Florestan Fernandes) ou, ainda, como ditadura do grande capital (conforme a análise de Octávio Ianni) (NETTO, 2014, p.74).

A mencionada tirania ascendeu uma fase marcada pela repressão estatal e dissolução dos direitos sociais mudando o Brasil fundamentalmente, que passou a ser governado por atos institucionais (ANJOS, WESTRUP, 2021). Essas práticas tiveram o apoio imperialismo estadunidense, que se encontrava sob o contexto da Guerra Fria, e pela elite política-econômica,

temerosa de perder seus privilégios devido às reformas sociais e conquistas econômicas pretendidas no governo de João Goulart.

No viés econômico, a classe trabalhadora foi a mais afetada negativamente, enfrentando retrocesso com a precarização das relações de trabalho. A exemplo disso, com a revogação da lei que garantia estabilidade aos trabalhadores após dez anos de trabalho na mesma empresa e o reajuste de salários (Lei no 7.543/1986), houve inflação descontrolada, recessão econômica e, sobretudo, superexploração do trabalhador, deixando-o em posição fragilizada e a mercê das condições impostas pelo empregador. Por conseguinte, a política do arrocho salarial foi aplicada, conceituada como:

Uma política salarial dirigida abertamente contra a massa da classe trabalhadora, em especial a classe operária, sobre a qual se descarregou o custo decisivo da ‘estabilização econômica’: com o arrocho, garantiu a superexploração dos trabalhadores para a multiplicação dos lucros capitalistas (NETTO, 2014, p. 92).

Contudo, a Ditadura Militar não foi apenas sustentada pela violência institucional e desvalorização trabalhista, mas também por uma estrutura ideológica que a legitimava e reforçava. A censura à imprensa foi um dos principais aparatos utilizados para a manutenção do governo vigente, impondo restrição à liberdade de opinião e expressão, sobretudo no que diz respeito aos meios acadêmicos, informacionais, culturais e artísticos. Paralelamente, ocorria forte propaganda estatal que impunha uma narrativa falsa de “progressão” e evidenciava a manipulação da percepção da realidade. Nesse contexto, a opressão era vista como inevitável, pois se tornou naturalizada com a consciência coletiva distorcida e pela presença do quadro de valores e crenças sociais (ideologia) que encobriram os verdadeiros determinantes dessa circunstância (BOCK, 2007, p.84).

Com a duração de duas décadas, o regime militar instaurou um sistema de coerção e vigilância que permitiu a execução de prisões arbitrárias e desaparecimentos forçados; a supressão de direitos civis fundamentais, como a obtenção de habeas corpus; a apreensão de bens materiais; o impedimento à livre circulação das pessoas e o veto de manifestações. Segundo Netto, pode-se afirmar que “foram vinte longos anos que impuseram à massa dos brasileiros a despolitização, o medo e a mordaza” (2014, p. 16).

Além disso, o período foi marcado por agressão física e/ou simbólica e pela violação sistemática dos Direitos Humanos. A Declaração Universal dos Direitos Humanos (DUDH), por sua vez, foi publicada pela ONU, em 1948, com o intuito de assegurar direitos essenciais a todos as pessoas, descrevendo uma série de garantias que devem ser usufruídas, como a liberdade, educação, participação política, proteção contra discriminação e opressão. Nesse sentido:

A proteção do ser humano contra todas as formas de dominação ou do poder arbitrário é da essência do Direito Internacional dos Direitos Humanos. Orientado essencialmente à proteção das vítimas, reais (diretas e indiretas) e potenciais, regula as relações entre desiguais, para os fins de proteção, e é dotado de autonomia e especificidade própria (TRINDADE, 2007, p. 210).

Porém, a DUDH tem efeitos limitados sobre os Estados signatários, como o Brasil. Devido à falta de poder coercitivo direto e não apresentar caráter jurídico vinculante, os países, mesmo tendo assinado o documento, não possuem obrigação legal de o aplicar em suas legislações ou práticas. Evidência disso, são as graves transgressões aos Direitos Humanos durante a ditadura, como a priorização do poder em detrimento da liberdade individual, impedimento da exposição do pensamento crítico e rejeição do direito à privacidade. Atos esses, refletiram a imprecisão da efetividade dos DHs no Brasil, expondo fragilidade governamental no cumprimento desses. Na ausência de mecanismos de proteção legais e impunidade aos agentes responsáveis, a revolta da população serviu como catalisadora da luta pelos Direitos Humanos universais no Brasil.

Logo, diversos movimentos de resistência reagiram à arbitrariedade do regime atuando em diferentes frentes. Organizações como a Ação Libertadora Nacional (ALN), e a Vanguarda Popular Revolucionária (VRP), ambas de 1968, destacaram-se por operarem através de assaltos a bancos e sequestros de diplomatas para demonstrar sua insatisfação, os Movimentos Estudantis também tiveram protagonismo nessa luta com suas passeatas provocativas causando desconforto no governo, assim como as inúmeras produções culturais que criticavam a ditadura implicitamente para driblar a censura. Essas mobilizações foram essenciais na conquista pelo cumprimento dos DHs, dando voz à democracia e influenciando na construção de novas legislações que concediam direitos fundamentais à população.

Mais recentemente, a Comissão Nacional da Verdade (CNV), órgão criado em 18 de novembro de 2011, com o intuito de expor os sofrimentos vivenciados durante o regime militar, foi considerada um marco democrático ao investigar documentos, depoimentos, laudos médicos e acervos nacionais viabilizando o resgate de crimes cometidos que foram ocultados na ditadura, denunciar a privação dos Direitos Humanos e oferecer às famílias das vítimas uma explicação definitiva para o desaparecimento de seus entes queridos, trazendo esclarecimento e evitando uma amnésia política que busca amenizar as injustiças cometidas, visto que, a construção de uma memória coletiva é fundamental para evitar que ideologias autoritárias sejam naturalizadas (LANE, 1989). Como aponta Netto:

Atualmente não é mais possível ocultar ou negar que o regime instaurado no 1º de abril constitui mácula indelével na nossa história — e mácula tão ominosa que, hoje,

até mesmo seus maiores beneficiários se dispõem a proceder à “lavagem” do passado, em autocríticas tão oportunistas quanto cínicas (2014, p.17).

Iniciativas como essa recuperaram memórias silenciadas e expuseram a importância dos DHs para prover uma vida digna. Apesar das retaliações do setor mais reacionário, sua consolidação foi fruto da luta coletiva contínua, demonstrando relevância do resgate histórico desse período para evitar uma nova ocorrência. Mesmo assim, atualmente o ativismo dos Direitos Humanos, “um tipo de ação que visa promover projetos políticos ou sociais percebidos pelo ator como de natureza pública ou coletiva (ABERS, 2015, p. 148), sofre tentativas de silenciamento, deslegitimação e repressão por parte do extremismo, que o encara como uma ameaça aos seus interesses, reforçando a essencialidade contínua da pertinência popular.

### 3.2 “AINDA ESTOU AQUÍ”: CINEMA, MEMÓRIA E LUTA NACIONAL

Em 1896, o Cinematographo Parisiense foi responsável pela primeira exibição pública de um filme no Brasil, no Rio de Janeiro, isso tornou a relação do país com o cinema bastante próxima, visto que, historicamente, essa chegada ocorreu apenas um ano após seu aparecimento na Europa (REINA, 2023). Essa novidade tecnológica logo se transformou em um meio de denúncia e questionamento social, especialmente em períodos de censura e repressão, sendo consolidado ao longo do século XX.

Alguns eventos contextuais são fundamentais na história da sétima arte nacional, como o gênero de comédia musical “chanchada”, que predominou entre as décadas de 1930 a 1950, período da Era Vargas (1930-1945). Essa simultaneidade permitiu que a citada sátira cinematográfica fosse ideal na construção da identidade nacional e da propaganda política à medida que ocorriam, por parte do governo, incentivos de produções artísticas que reforçassem o patriotismo, e as chanchadas intensificavam esse ideal através da popularização de elementos culturais brasileiros. A empresa Atlântida, fundada em 1941, foi uma das principais produtoras dessa modalidade, segundo Reina:

As chanchadas produzidas pela Atlântida refletem, de certa forma, uma construção cultural do que seria o povo brasileiro, construção que tem início no século XX e que parte da mestiçagem como um dos fatores que irão determinar para a construção de uma possível identidade cultural (2023, p. 32).

Avançando na linha temporal, a produção cinematográfica nacional passaria por dificuldades com a instauração do Golpe Militar de 1964, mesmo assim, a censura alavancou o gênero pornochanchada, focado em filmes de alto teor erótico que exploravam a imaginação do público à medida que temas considerados tabus, como a virgindade, eram retratados, porém,

com o declínio da ditadura, esses filmes também perderam força (REINA, 2023). Já nos anos 1980, como consequência do período de repressão, sucederam altos níveis de inflação, baixo investimento no cinema e, mesmo com filmes de temáticas mais sérias sendo produzidos no Brasil, há uma espécie de vazio cinematográfico.

Em 20 de julho de 1993, a Lei do Audiovisual (Lei nº 8.685/1993) foi sancionada, entretanto sua repercussão não foi imediata, “para o cinema brasileiro, os anos 2000 começam em um cenário que se pode chamar de pós-retomada, depois de superado o impasse da extinção dos órgãos estatais voltados para a atividade na década de 1990” (AMANCIO; NÚÑEZ, 2017, p. 123), sendo impulsionado pela criação da ANCINE (Agência Nacional do Cinema) em 2001. Vale destacar que, nesse momento, a Extrema Direita não estava no poder, mas não deixou de agir nos bastidores.

Nesse contexto, filmes como *Cabra-Cega* (2005), *Zuzu Angel* (2006) e *Batismo de Sangue* (2007), são produzidos e denunciam alguns horrores que ocorreram na Ditadura Militar, bem como a violação aos Direitos Humanos (DHs). Com esse resgate, setores conservadores passaram a se reorganizar contra os avanços sociais e figuras como Enéas Ferreira Carneiro - deputado federal por São Paulo em 2002 - demonstram a permanência, então silenciosa, dessa frente política, pois suas ideias radicais, como a defesa da bomba atômica, ser fortemente contrário ao aborto e à união civil de pessoas do mesmo sexo (G1, 2007), encontraram uma ressonância significativa na população.

Ao longo dos anos, o cinema brasileiro passou por um processo de criticidade, bem como a própria sociedade nacional, firmando-se, de fato, como um ato de resistência. Observa-se constantemente a insistência em trazer à tona fatos do país que, por vezes, sofre investidas para negar sua história. Em *Bacurau* (2019), *Marighella* (2021) e *Medida Provisória* (2022), diferentes narrativas escancaram, por meio do passado, o presente do país:

Isso porque as três narrativas selecionadas foram lançadas a partir de 2019, ano em que Jair Bolsonaro assume a presidência do país. Contemporâneos, os filmes passaram por processos de descrédito pelo governo e pelos entraves de órgãos ligados a ele, como a Ancine – Agência Nacional do Cinema, bem como tiveram barreiras em seus lançamentos, impactando nas distribuições e estreias no circuito nacional (BARBA; RIOS; VAZ, 2023, p. 3).

O governo de Jair Messias Bolsonaro foi marcado por cortes orçamentários para frentes democráticas importantes, como a cultura. A exemplo disso está o projeto de lei apresentado por ele ao Poder Executivo em 2019, que previa corte de quase 43% do orçamento do Fundo Setorial do Audiovisual (FSA), sendo essa a iniciativa utilizada pela Ancine para investir em

produções (METRÓPOLES, 2019). Conforme os anos passam – de 2019 a 2022 – fica evidente o aumento do conteúdo que entrelaça um tom de resistência associado aos filmes (BARBA; RIOS; VAZ, 2023, p. 15).

Devido a pandemia de COVID-19 e a quarentena, eventos foram cancelados, prejudicando expressivamente o setor cultural brasileiro. Em vista disso, após a mobilização do segmento, foi regulamentada a Lei Aldir Blanc (Lei nº 14.017/2020) para apoiar profissionais dessa área afetados pelo contexto social. Para manutenção dos espaços culturais e renda emergencial aos trabalhadores, o governo liberou R\$ 3 bilhões para os estados, municípios e o Distrito Federal (BRASIL, 2020). No entanto, a importância dessa lei ultrapassou o período emergencial, enaltecendo a cultura como um importante setor econômico e sendo base para a Política Nacional Aldir Blanc de Fomento à Cultura (Lei nº 14.399/2022), conhecida como a Lei Aldir Blanc 2, que possibilita repasses contínuos para projetos culturais, inclusive produções audiovisuais.

Em 2023, o presidente Luiz Inácio Lula da Silva regulamentou, de forma emergencial, a Lei Complementar 195/2022 (Lei Paulo Gustavo), sancionada no ano anterior. Por meio dela, o governo liberou verba da receita vinculada ao superávit do Fundo Setorial do Audiovisual (FSA) e do Fundo Nacional de Cultura (FNC) para municípios, estados e o Distrito Federal investirem na produção de eventos culturais (REINA, 2023). Assim, consolida-se o papel do cinema e de outras expressões culturais como a educação para parcelas da população que não têm acesso a parte da memória nacional, apesar da desigualdade social, incentivos como a Lei Paulo Gustavo propiciam reparação nesse cenário.

Nesse contexto, sob a direção de Walter Salles, *Ainda Estou Aqui* (2024), baseado no livro homônimo do escritor Marcelo Rubens Paiva, retrata a história de seus pais, Maria Lucrécia Eunice Facciolla Paiva e Rubens Beyrodt Paiva, interpretados por Fernanda Torres e Selton Mello, respectivamente. Engenheiro civil, Rubens foi eleito como deputado federal em São Paulo, filiado ao Partido Trabalhista Brasileiro (PTB), em 1962, e teve seu mandato cassado após o golpe militar de 1964, devido ao AI-1 (Ato Institucional Número Um). Foi exilado no mesmo ano e retornou ao Brasil em 1965, onde se instalou com a família, primeiramente, em São Paulo e, depois, no Rio de Janeiro, onde voltou a atuar como engenheiro (MARTINI, 2024).

No ano de 1971, Paiva é levado por militares e desaparece. Ele foi sequestrado, torturado e morto no DOI-CODI do I Exército, órgão de inteligência e repressão do governo, no Rio de Janeiro:

O Destacamento de Operações de Informação – Centro de Operações de Defesa Interna, amplamente conhecido como DOI-CODI, era um dos aparatos de inteligência

e repressão do governo militar. Ele foi criado para combater ações e indivíduos que estariam contra o regime e, por esse motivo, ameaçariam a segurança nacional (SILVA, 2020).

Contudo, sua morte só foi confirmada durante a Comissão Nacional da Verdade, instituída em 2012, em que o relatório confirmou que ele morreu em instalações militares depois de ser submetido a tortura (MARTINI, 2024), porém seus restos mortais nunca foram encontrados. Nesse período, a vida de Eunice Paiva muda drasticamente, sendo forçada a abandonar sua rotina: em busca de respostas acerca de seu marido, tentando lidar com a carga emocional e o impacto do regime militar em sua vida e na de seus filhos, torna-se uma ativista dos direitos humanos, sendo reconhecida como um símbolo da luta contra o golpe militar de 1964.

Considerando a análise realizada, verifica-se que o filme explicita a violação dos seguintes Direitos Humanos referente à família Paiva: direito à vida, à liberdade e à segurança pessoal; não submissão à tortura, tratamento ou castigo cruel, desumano ou degradante; direito à justa e pública audiência por parte de um tribunal independente e imparcial; não interferência na vida privada, família, no seu lar ou na sua correspondência, nem a ataque à sua honra e reputação; liberdade de opinião e expressão (UNICEF BRASIL, 2019). Para Macaé Evaristo, Ministra dos Direitos Humanos e da Cidadania do Brasil (2024-), “o país carecia de uma obra de grande repercussão como esta para abordar as feridas da ditadura sob outros ângulos” (BRASIL, 2025), promovendo o protagonismo democrático no centro do debate nacional e internacional.

De narrativa reflexiva, *Ainda Estou Aqui* é uma obra para a recordação nacional. No Brasil, têm ocorrido avanços e limites na construção e manutenção de memórias coletivas associadas à defesa de direitos humanos e em oposição aos desmandos de governos autoritários (SANTOS, 2021). Essa constante dualidade em lembrar e esquecer dos fatos, coopera para o avanço de ideologias antidemocráticas, nesse contexto, o longa-metragem contribui para que o imaginário coletivo não normalize o autoritarismo.

A partir do exposto, até fevereiro de 2025, a obra já atraiu mais de 5 milhões de pessoas aos cinemas do país desde a estreia, em novembro de 2024 (G1, 2025), foi ganhador do prêmio espanhol *Goya* 2025 de melhor filme ibero-americano e do *Oscar* 2025 de Melhor Filme Internacional, conquistou o prêmio de melhor roteiro no Festival de Veneza e Fernanda Torres venceu o Globo de Ouro e o *Satellite Awards*, ambos na categoria de Melhor Atriz. O filme também conquistou o Prêmio do Público no *Vancouver International Film Festival*, no *Mill Valley Film Festival* e no *Miami Film Festival GEMS*. Na França, durante o Festival de Pessac,

levou o Prêmio *Danielle Le Roy* e o Prêmio do Público, confirmando sua força entre críticos e audiências (BRASIL, 2025). Essa reverberação reafirma a necessidade de educação política acerca dos DHs e da democracia.

Os efeitos do Lançamento de *Ainda Estou Aqui* não se restringem ao âmbito cinematográfico, ou de crítica social, mas alcançam, também, o âmbito jurídico. Isso porque o longa foi apontado, por juristas especialistas na Lei da Anistia, como um dos fatores que influenciou o Supremo Tribunal Federal (STF) na reabertura do debate da Lei na Corte, que decidiu dar repercussão geral “a recursos que tentam destravar processos criminais contra acusados de matar opositores do regime” (SCHREIBER, 2025). A repercussão geral significa que a decisão do STF contemplará todos os processos semelhantes, em andamento, apesar disso, ainda é necessário decidir se a Lei deverá ou não ser revista pelos crimes de ocultação de cadáveres, o que, até o momento da escrita do artigo, não possui previsão de data.

Em 2024, uma determinação do Conselho Nacional de Justiça (CNJ), em consonância com a CNV, possibilitou a retificação de mais de 400 certidões de óbito de mortos na Ditadura, que sumiram em razão de suas participações em atividades políticas, ou de acusações de participação. Entre eles, Rubens Paiva também teve sua certidão de óbito retificada, que, ao invés de constar que a causa da morte foi desconhecida, informa que foi “não natural, violenta, causada pelo Estado brasileiro no contexto da perseguição sistemática à população identificada como dissidente política do regime ditatorial instaurado em 1964” (ROSSI, 2025).

Mesmo que tal vitória, como expressado pelos familiares que obtiveram a retificação das certidões de óbito, seja reflexo de anos de luta por respostas sobre os horrores sofridos e infligidos durante a ditadura, visto a criação da Comissão da Verdade, que possibilitou todos esses trâmites, a luta continua. Relatos de histórias não contadas do período do golpe militar, ainda hoje, 60 anos após o acontecido, emergem nas mídias, tal qual Eliana Paiva, filha de Eunice e Rubens, presa com a mãe no DOI-CODI em 1971, com 15 anos de idade, onde permaneceu por 24 horas, sendo interrogada e torturada.

Eliana contou à Revista Marie Claire sobre as 24 horas que ficou presa, além de ter sido “revistada de maneira brutal, [...] enfiaram o dedo em tudo quanto é lugar “apalpada”, levar golpes na cabeça, fato que nenhum de seus familiares soube, em especial sua mãe (AZENHA, 2025). A liberdade de expressão, não mais controlada e censurada por um governo ditatorial, como na década de 1960, assim como a retomada dos Direitos Constitucionais e Humanos, possibilita que mais pessoas tenham voz para contar suas histórias e denunciar seus algozes e de seus conhecidos, mesmo que sofram com as tentativas de silenciamento.

Nesse sentido, a Comissão Especial sobre Mortos e Desaparecidos Políticos (CEMDP), instituída em 1995, foi criada com o objetivo de:

Proceder ao reconhecimento de pessoas mortas ou desaparecidas em razão suas atividades políticas; de envidar esforços para a localização dos corpos de tais indivíduos; e de emitir parecer sobre os requerimentos relativos à indenização que venham a ser formulados por seus familiares (GOVERNO FEDERAL - PARTICIPA MAIS BRASIL).

Ainda presente no cenário político nacional, a CEMDP precisou ser reinstalada em julho de 2024, sob o terceiro mandato do presidente Lula. A extinção da Comissão Especial não ocorreu por ter cumprido tudo a que se objetivava, ela sucedeu, todavia, em 2022, faltando 15 dias para o fim do mandato do então presidente Jair Bolsonaro, como mais uma tentativa da Extrema Direita de atrapalhar os processos em andamento e promover o apagamento das narrativas dos mortos e desaparecidos políticos. Antes disso, em 2019, no primeiro ano de mandato, Bolsonaro trocou quatro dos sete integrantes que compunham a Comissão, o que ocasionou a paralisação do processo de retificação das certidões de óbito do período do golpe (ROSSI, 2025). Esses fatos evidenciam como a Extrema Direita se vale do poder para demarcar as diferenças entre sua classe e a dos demais, nesse caso os mortos políticos, opositores à Ditadura.

A produção cinematográfica evidencia a ascensão da Extrema Direita, visto que o contexto, por vezes apresenta semelhanças com figuras governamentais brasileiras, Jair Messias Bolsonaro, e também estrangeiras, como Donald Trump nos Estados Unidos da América (EUA). No Brasil, o impacto é visível, gerando debates e reflexões acerca das lembranças ditatoriais, trata-se de uma contestação à ideia do autoritarismo naturalizado, especialmente em um momento de reconstrução política. Nos EUA, por sua vez, a mensagem do filme ressoa durante o governo Trump, que, compreendido como de Extrema Direita, ameaça os Direitos Humanos da população (CARTACAPITAL, 2025).

### 3.3 A EXTREMA DIREITA AINDA ESTÁ AQUI?

Mundialmente, ao longo das décadas, governos autoritários encontraram espaço para se erguer em diferentes contextos históricos, partilhando similaridade de consolidação, domínio e declínio. Desde o Regime Fascista de Benito Mussolini (1922-1943), a Alemanha Nazista de Adolf Hitler (1933-1945) e o Regime Militar Brasileiro (1964-1985), valores extremistas foram difundidos na sociedade passando de discursos isolados à ideologias supremacistas com efeitos corrosivos na democracia. Conseqüentemente, essas regências foram destituídas ao

encontrarem sublevação em massa. Entretanto, a história mostra-se cíclica, pois, sob novas roupagens, princípios autocráticos ressurgiram demonstrando que, do silêncio ao ruído, a Extrema Direita se mostra presente influenciando como parte da sociedade enxerga os Direitos Humanos, a democracia e a cidadania. De acordo com Francis Fukuyama:

Muito embora a ascensão da extrema-direita no mundo não seja um tema novo, o que parece surpreender nos últimos anos é a retomada desse fenômeno em um contexto no qual, muitos acreditavam, a democracia liberal seria a chave para a estabilidade e paz mundial (1992, p. 187)

A Extrema Direita reconstruiu sua narrativa a partir da disseminação de sua lógica excludente disfarçada de proteção aos “valores tradicionais”, construindo uma forte identidade coletiva que se alimenta do combate a um “inimigo” em comum e alicerçada no revisionismo ideológico. Sob a perspectiva brasileira, o negacionismo histórico é uma ferramenta recorrente na manutenção da dominação da Extrema Direita ao aplicar um discurso oficial que exalta os tempos da “gloriosa” ditadura como momento de ordem social, refutando o terrorismo realizado pelo Estado e descrebidilizando instituições como a Comissão Nacional da Verdade (CNV), minimizando os abusos cometidos e distorcendo o passado autoritário, apresentando-os como necessário por combater partes da sociedade que corrompiam a moralidade. Como propõem Valim, Avelar e Bevernage:

O negacionismo histórico pode ser pensado como um mosaico de falas, práticas e representações mobilizadas com o objetivo de legitimar certas leituras dos nossos passados sensíveis – sobretudo de suas violências, seus extermínios e dominação dos mais vulneráveis (2021, p. 15).

A postura da Extrema Direita ilustra que o aparato do negacionismo vai além de uma disputa exclusiva pelo campo da memória, expondo também sua face política e ideológica ao instrumentalizar a época citada como forma de reconfigurar os valores que sustentam a ordem institucional e minar as bases jurídicas da República. Tais movimentos constituem um ataque direto à democracia ao sustentar discursos autoritários, enfraquecendo a busca pelos Direitos Humanos e na supressão de conquistas sociais.

Para além da refutação infundada, a Extrema Direita conseguiu se fortalecer gradualmente ao se aproveitar de crises políticas, do sentimento de descrença sistêmica por parte da população e da disseminação do medo. Através das fake news, recurso digital alternativo que divulga informações falsas ou distorcidas em massa, foi possível manipular narrativas a favor de discursos populistas ao criar conspirações políticas que impulsionaram o pânico moral e a fragmentação do tecido social.

Eventos políticos como a Operação Lava Jato (2014-2021), que visava investigar a corrupção e a lavagem dinheiro, foi alvo da Extrema Direita por meio do proveito da espetacularização dessa situação para minar a confiança na democracia, criando uma polarização no cenário político-brasileiro e gerando sentimento antipetista, reforçado pelo impeachment de Dilma Rousseff (2011-2016) e pela recepção hostil à gestão controversa de Michel Temer (2016-2018), intensificando o questionamento à legitimidade das instituições governamentais e ampliando o descontentamento popular. Ao capitalizar do medo, da insegurança e do ressentimento a Extrema Direita encontrou o momento propício para sua ascensão difundindo o pensamento pseudo-religioso que apenas a intervenção autoritária iria restaurar a ordem e que apenas um messias poderia salvá-los de um sistema corrompido (SOLANO, 2018). Nas palavras de Lane:

Na civilização madura “a dominação torna-se cada vez mais impessoal, objetiva, universal e também cada vez mais racional, eficaz e produtiva” O que antes era função quase exclusiva da família é hoje disseminado por uma vasta gama de agentes sociais (1989, p.102).

O desgaste institucional e a manipulação midiática fertilizaram um cenário político descrente, pavimentando o caminho para a ascensão da Extrema Direita no poder. A partir de uma retórica populista, Jair Messias Bolsonaro foi eleito no segundo turno de 2018 em um mandato caracterizado pela apropriação de elementos religiosos, militares e nacionalistas com vasto uso do negacionismo, obscurantismo, anti-intelectualismo e ataques à ciência. Em paralelo, partindo de uma lógica semelhante, Donald Trump (2016-2020) chegou à presidência dos Estados Unidos fomentando discursos ultraconservadores, estimulando o descrédito a mídia, se aliando ao desespero ontológico na cooptação de pessoas e na criação de um “inimigo” interno alimentando o sentimento de temor e inquietação. Visto que: “o poder não tem necessidade de ciência, mas de uma massa de informações, que ele, por sua posição estratégica, é capaz de explorar” (FOUCAULT, 1979, p.93). Deixando evidente que a capitalização da vulnerabilidade por líderes extremistas facilita o controle social e político, em que, a ideologia do autoritarismo, uma vez assimilada, se reinventa de acordo com a conjuntura política vigente.

Desta forma, mesmo após a derrota de Bolsonaro nas eleições de 2022 e a de Trump em 2020, os ideais extremistas permanecem em vigor. No Brasil, o terceiro mandato de Lula (2022-2026) encontra desafios significativos, no que diz a respeito a sua governabilidade, na qual, parlamentares bolsonaristas tentam obstruir o avanço de pautas, progressistas, a presença de militares em cargos estratégicos influenciam o estado e a forte campanha nas redes sociais por grupos radicais desestabilizam o processo eleitoral. No cenário global, a recente reeleição de

Trump em novembro de 2024 demarca a resiliência da Extrema Direita na esfera política internacional, representando uma ameaça à ordem democrática e servindo de estímulo para lideranças autoritárias ao redor do mundo.

Governos autoritários como os de Bolsonaro e Trump espelham um histórico de retrocessos em políticas sociais, comprometendo conquistas fundamentais e violando sistematicamente os Direitos Humanos. No Brasil, o governo Bolsonaro promoveu um genocídio à comunidade indígena, com a intensificação do garimpo ilegal, negligência perante a pandemia ao desconsiderar recomendações científicas, levando a morte de milhares de pessoas e estimulando ataques a grupos minoritários com a propagação do discurso de ódio. Nos Estados Unidos, Trump seguiu um caminho semelhante ao se aliar a agenda ultraconservadora estabelecendo políticas anti imigratórias rigorosas e destituição de direitos básicos a grupos vulneráveis. Nas palavras de Klein:

Ao longo das últimas quatro décadas, os interesses empresariais exploraram sistematicamente estas várias formas de crise para impor políticas que enriquecem uma pequena elite — suprimindo regulamentos, cortando na despesa social e forçando privatizações em larga escala da esfera pública. Serviram igualmente de pretexto para a repressão extrema das liberdades civis e para violações assustadoras dos direitos humanos (2016, p.15).

Frente ao atual cenário político, nacional e internacional, a Extrema Direita utiliza a democracia para levar seus governantes ao poder e se mostra confortável para expressar seus ideais conservadores, autoritaristas e negacionistas, enquanto se vale da identificação dos cidadãos com seus políticos, seja história de vida, ou pelas opiniões que compartilham acerca de determinado tema, que evidencia o anti igualitarismo. Dessa forma, o desgaste institucional, nos mais diversos países, proporciona a ascensão da Extrema Direita, ao mesmo tempo em que destaca que tal ascensão só é possível porque “sempre esteve aqui”.

#### 4 Conclusões

No contexto contemporâneo, a obra *Ainda Estou Aqui* (2024) emerge como um símbolo de resistência ao expor a camada mais obscura da história brasileira e desafiar a perspectiva revisionista promovida pela Extrema Direita, evitando com que crimes políticos sejam esquecidos. Sua recepção positiva no cenário global, ilustra o poder que a arte tem de transcender fronteiras, sensibilizar públicos distintos e manter viva a memória histórica. O impacto do longa na sociedade brasileira a longo prazo, entretanto, é uma avaliação que não pode ser realizada, devido ao lançamento recente, sendo o limite da pesquisa.

Além disso, o filme demonstra que os horrores da Ditadura Militar não foram um evento isolado, mas parte de um padrão repressivo recorrente em governos autoritários, que utilizam da violência institucional para sustentar estruturas opressivas. Ao reforçar o quão importante é a solidariedade transnacional e a transparência na luta por justiça e Direitos Humanos, a obra ressalta como a luta pela democracia não se trata de um aprendizado definitivo, mas sim, de um compromisso constante.

Considerando o panorama radicalista que abusa da censura, repressão e manipulação para exercer seu domínio e enfraquecer opositores, como ocorreu no governo Bolsonaro e ocorre atualmente no governo de Trump, a mobilização social na luta contra o autoritarismo torna-se não apenas uma necessidade política, mas um imperativo moral. Movimentos sociais, coletivos ativistas, resistência intelectual e artística desempenham um papel central na garantia de mudanças estruturais ao desafiar o status quo, conscientizar criticamente o público sobre seus direitos e preservar a memória.

Dessa forma, a fim de cumprir os propósitos propostos, a análise realizada ao decorrer deste artigo evidencia que, dentre as inúmeras formas de resistência, a arte, principalmente o cinema, mostra-se como uma forte ferramenta cultural ao denunciar violências ocorridas, instigar a busca por justiça e elucidar o perigo do silenciamento que beneficia única e exclusivamente àqueles que se valem autoritarismo e da acentuação das desigualdades: a Extrema Direita. Os governantes autoritários se esquecem, entretanto, que a luta não acaba em períodos difíceis, se fortalece, como aconteceu com Eunice Paiva que ao ter sua família desestruturada pelo golpe militar, assim como milhares de outros brasileiros, dedicou sua trajetória à defesa dos Direitos Humanos e busca pela justiça social, provando que a resistência é uma arma poderosa contra qualquer tentativa de retrocesso.

## Referências

ABERS, Rebecca Neaera. ATIVISMO NA BUROCRACIA? O MÉDIO ESCALÃO DO PROGRAMA BOLSA VERDE. In: CAVALCANTE, Pedro; LOTTA, Gabriela. **Burocracia de Médio Escalão: perfil, trajetória e atuação**. 1. ed. Brasília: ENAP, 2015. p. 143-175.

AMANCIO, Antônio Carlos (Tunico); NÚÑEZ, Fabián. Para além do ano 2000, pensar cinema no Brasil. In: HOPFENBLATT, Alejandro Kelly. **Los estudios sobre cine en Latinoamérica (2000-2017)**. 1. ed. Bogotá: Editorial Uniagustiniana, 2020. p. 75-125.

ANJOS, Ana Lucia Westrup; WESTRUP, Cristiane. Estado de Exceção Permanente no Brasil: *Fragilidades da Democracia Periférica, uma Realidade?* **Revista Direitos Humanos & Sociedade**, v.2, n.2, p.56-82, 2021. Disponível em:

<<https://periodicos.unesc.net/ojs/index.php/dirhumanos/article/view/8162/6762>>. Acesso em: 14 jan. 2025.

AZENHA, Manuela. Eliana Paiva revela o que é 'ficção' em Ainda Estou Aqui: 'Me aflige um pouco, porque é a minha família, mas ao mesmo tempo não é'. **Marie Claire**, 11 fev. 2025. Disponível em: <<https://revistamarieclaire.globo.com/cultura/noticia/2025/02/eliana-paiva-detida-com-a-mae-no-doi-codi-diz-que-ainda-estou-aqui-tem-muita-ficcao-me-apalparam-na-prisao-mas-eu-e-eunice-nunca-falamos-disso.ghtml>>. Acesso em: 16 fev. 2025.

AZEVEDO, Luis Felipe. Invasão por ônibus, sequestro de voo, 8 de janeiro: explosão diante do STF amplia histórico de ataques em Brasília. **O Globo**, Rio de Janeiro, 14 nov. 2024. Disponível em: <<https://oglobo.globo.com/politica/noticia/2024/11/14/invasao-por-onibus-sequestro-de-voo-8-de-janeiro-explosao-diante-do-stf-amplia-historico-de-ataques-em-brasilia-veja.ghtml>>. Acesso em: 11 fev. 2025.

BARBA, Marcela; RIOS, Fernanda; VAZ, Aline. Cinema brasileiro, política e circuitos comunicacionais: uma análise midiática de Bacurau, Marighella e Medida Provisória. **Revista Comunicação & Inovação**, v. 24, 2024. Disponível em: <[https://seer.uscs.edu.br/index.php/revista\\_comunicacao\\_inovacao/article/view/9311](https://seer.uscs.edu.br/index.php/revista_comunicacao_inovacao/article/view/9311)>. Acesso em: 14 fev. 2025.

BOBBIO, Norberto. **Direita e Esquerda: Razões e Significados de uma Distinção Política**. São Paulo: Editora da Universidade Estadual Paulista, 1995.

BOBBIO, Norberto; MATTEUCCI, Nicola; PASQUINO, Gianfranco. Dicionário de Política. 11 ed., v. 1. São Paulo: Editora UnB, 1909.

BOSI, Alfredo. Narrativa e resistência. **Itinerários**, Araraquara, n.10, p.11-27, 1996. Disponível em: <<https://periodicos.fclar.unesp.br/itinerarios/article/view/2577>>. Acesso em: 10 fev. 2025.

BOCK, Ana Mercês Bahia; FURTADO, Odair; TEIXEIRA, Maria de Lourdes Trassi.

**Psicologia Sócio-Histórica: uma perspectiva crítica em psicologia**. 3. ed. São Paulo: Cortez, 2007.

BRASIL. Lei Aldir Blanc de apoio à cultura é regulamentada pelo governo federal. **Brasil**, 14 ago. 2020. Disponível em: <<https://www.gov.br/pt-br/noticias/cultura-artes-historia-e-esportes/2020/08/lei-aldir-blanc-de-apoio-a-cultura-e-regulamentada-pelo-governo-federal>>. Acesso em: 17 fev. 2025.

BRASIL. Brasil conquista mais três prêmios no exterior com o filme "Ainda Estou Aqui". **Brasil**, 11 fev. 2025. Disponível em: <<https://www.gov.br/secom/pt-br/assuntos/noticias/2025/02/brasil-conquista-mais-tres-premios-no-externo-com-o-filme-ainda-estou-aqui>>. Acesso em: 16 fev. 2025.

BRASIL. Ministério dos Direitos Humanos e da Cidadania. Indicação do filme "Ainda Estou Aqui" ao Oscar traz defesa da democracia para centro do debate internacional. **Brasil**, 23 jan. 2025. Disponível em: <<https://www.gov.br/mdh/pt-br/assuntos/noticias/2025/janeiro/indicacao-do-filme-201cainda-estou-aqui201d-ao-oscar-traz-defesa-da-democracia-para-centro-do-debate-internacional>>. Acesso em: 16 fev. 2025.

CARTA CAPITAL. Novo mandato de Trump representa grave ameaça aos direitos humanos, avalia HRW. **Carta Capital**, 6 nov. 2024. Disponível em:

<https://www.cartacapital.com.br/mundo/novo-mandato-de-trump-representa-grave-ameaca-aos-direitos-humanos-avalia-hrw/>. Acesso em: 15 fev. 2025.

FOUCAULT, Michel. **Microfísica do poder**. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1979.

FUKUYAMA, Francis. **O fim da história e o último homem**. Tradução de Aulyde S. Rodrigues. Rio de Janeiro: Rocco, 1992.

G1. Ainda Estou Aqui chega à marca de 5 milhões de espectadores nos cinemas brasileiros. **g1**, 15 fev. 2025. Disponível em: <<https://oglobo.globo.com/cultura/noticia/2025/02/15/ainda-estou-aqui-chega-a-marca-de-5-milhoes-de-espectadores-nos-cinemas-brasileiros.ghtml>>. Acesso em: 17 fev. 2025.

G1. Congresso da Nicarágua aprova reforma que dá poder absoluto a Ortega e sua esposa. **g1**, 24 nov. 2024. Disponível em: <<https://g1.globo.com/mundo/noticia/2024/11/22/congresso-da-nicaragua-aprova-reforma-que-da-poder-total-a-ortega-e-sua-esposa.ghtml>>. Acesso em: 16 fev. 2025.

G1. Enéas defendia construção da bomba atômica. **g1**, 28 abr. 2006. Disponível em: <<https://g1.globo.com/Noticias/Politica/0,,MUL32310-5601,00-ENEAS+DEFENDIA+CONSTRUCAO+DA+BOMBA+ATOMICA.html>>. Acesso em: 15 fev. 2025.

GOVERNO FEDERAL - PARTICIPA MAIS BRASIL. Comissão Especial sobre Mortos e Desaparecidos Políticos (CEMDP). **Governo Federal - Participa Mais Brasil**. Disponível em: <<https://www.gov.br/participamaisbrasil/cemdp>>. Acesso em: 16 fev. 2025.

HUMAN RIGHTS WATCH. EUA: Segundo mandato de Trump é uma ameaça aos direitos humanos nos EUA e no mundo. **Human Rights Watch**, 6 nov. 2024. Disponível em: <<https://www.hrw.org/pt/news/2024/11/06/us-second-trump-term-threat-rights-us-world>>. Acesso em: 16 fev. 2025.

KLEIN, Naomi. **Tudo Pode Mudar: Capitalismo vs. Clima**. Tradução de Ana Cristina Pais. 1ª ed. - Queluz de Baixo: Editorial Presença, 2016.

LANE, Silvia Tatiana Maurer. A psicologia social e uma nova concepção de homem para a psicologia. In: LANE, Silvia Tatiana Maurer; CODO, Wanderley (orgs.) **Psicologia Social: O homem em movimento**. 8ª edição. São Paulo: Brasiliense, 1989. p. 10-19.

MARTINI, Cecília. Filme “Ainda Estou Aqui” ajuda a preservar a memória da ditadura no Brasil, diz professora de história. **Humanista**, 2024. Disponível em: <<https://www.ufrgs.br/humanista/2024/11/27/filme-ainda-estou-aqui-ajuda-a-preservar-a-memoria-da-ditadura-no-brasil-diz-professora-de-historia/>>. Acesso em: 10 fev. 2025

MATRAVOLGYI, Elizabeth. Vindo da esquerda, Daniel Ortega tem histórico de terror político e perseguição na Nicarágua. **CNN Brasil**, 10 ago. 2024. Internacional. Disponível em: <<https://www.cnnbrasil.com.br/internacional/vindo-da-esquerda-daniel-ortega-tem-historico-de-terror-politico-e-perseguiacao-na-nicaragua/>>. Acesso em: 16 fev. 2025.

NAPOLITANO, Marcos. Recordar é vencer: as dinâmicas e vicissitudes da construção da memória sobre o regime militar brasileiro. **Antíteses**, v. 8, n. 15, p. 9 - 44, nov. 2015. Disponível em: <<https://ojs.uel.br/revistas/uel/index.php/antiteses/article/view/23617>>. Acesso em: 11 fev. 2025.

NETTO, J. P. **Pequena história da ditadura militar brasileira** (1964-1985). São Paulo: Cortez, 2014.

ORGAZ, Cristina. A lei usada pelos EUA para trancar japoneses em campos de concentração, que Trump quer reativar para deportações em massa. **BBC News Brasil**, 10 fev. 2025. Disponível em: <<https://www.bbc.com/portuguese/articles/cly98g4p229o>>. Acesso em: 15 fev. 2025.

REINA, Alessandro. Breves reflexões sobre a trajetória do cinema brasileiro. **Revista Cactácea - Educação, Filosofia**, v. 3, n. 8, 2023. Disponível em: <<https://rgt.ifsp.edu.br/ojs/index.php/revistacactacea/article/view/79>>. Acesso em: 14 fev. 2025.

RIBEIRO, Raquel Martins. Governo Bolsonaro prevê corte de 43% de fundo setorial do audiovisual. **Metrópoles**, 11 set. 2019. Disponível em: <<https://www.metropoles.com/entretenimento/politica-cultural/governo-bolsonaro-preve-corte-de-43-de-fundo-setorial-do-audiovisual>>. Acesso em: 15 fev. 2025.

ROSSI, Marina. As famílias de vítimas da ditadura que esperam novas certidões de óbito reconhecendo crimes do regime: 'Falta saber quem matou meu pai'. **BBC News Brasil**, 24 jan. 2025. Disponível em: <<https://www.bbc.com/portuguese/articles/cd607vnl440o>>. Acesso em: 16 fev. 2025.

SANTOS, Myrian Sepúlveda dos. Memória e ditadura militar: Lembrando as violações de direitos humanos. **Tempo Social, revista de sociologia da USP**, v. 33, n. 2, 2021. Disponível em: <<https://www.scielo.br/j/ts/a/5g5n4wdd8syJwfDvHHfpgM/?format=pdf>>. Acesso em 12 fev. 2025.

SCHREIBER, Mariana. Como 'Ainda Estou Aqui' influenciou STF a reabrir debate sobre Lei da Anistia na corte. **BBC News Brasil**, Brasília, 15 fev. 2025. Disponível em: <<https://www.bbc.com/portuguese/articles/c3rwgdx5g31o>>. Acesso em: 16 fev. 2025.

SINDICATO DOS BANCÁRIOS. "Os imigrantes vão roubar nossos empregos". **Sindicato dos Bancários**, São Paulo, 23 out. 2018. Disponível em: <<https://spbancarios.com.br/10/2018/os-imigrantes-va-roubar-nossos-empregos>>. Acesso em: 15 fev. 2025.

SILVA, Ivan Henrique de Mattos e. "Liberal na Economia e Conservador nos Costumes": Uma totalidade dialética. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, v.36, n.107, 2021. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/3610702/2021>>. Acesso em: 11 fev. 2025.

SILVA, Letícia Torráo e. Direitos Humanos, sua Violação na Ditadura Militar Brasileira e as Lutas pela sua Reconquista. **Revista Direitos Humanos & Sociedade**, v.3, n.2, p.207-227, 2020. Disponível em: <<https://periodicos.unesc.net/ojs/index.php/dirhumanos/article/view/6382/6477>>. Acesso em 11 fev. 2025.

SILVA, Márcio Seligmann. O cinema e o novo mito da caverna. In: BENJAMIN, W. Obras escolhidas. São Paulo: **Brasiliense**, p. 19 - 45, 1984.

SOLANO, Esther. (2018), "Crise da democracia e extremismos de direita". Análise, **Friedrich Ebert Stiftung**, v. 42, n. 1: 1-27. Disponível em: <<https://library.fes.de/pdf-files/bueros/brasilien/14508.pdf>>. Acesso em: 16 fev 2025

TRINDADE, Antônio Augusto Cançado. Desafios e conquistas do direito internacional dos direitos humanos no início do século XXI. In: Medeiros, Antônio Paulo Cachapuz de (Org.). **Desafios do direito internacional contemporâneo**. Brasília: Fundação Alexandre de Gusmão, 2007.

UNICEF. Declaração Universal dos Direitos Humanos. **Unicef**, 2019. Disponível em: <<https://www.unicef.org/brazil/declaracao-universal-dos-direitos-humanos>>. Acesso em: 16 fev. 2025.

VALIM, Patrícia; AVELAR, Alexandre de Sá; BEVERNAGE, Berber. Negacionismo: História, historiografia e perspectivas de pesquisa. **Revista Brasileira de História**, v. 41, n. 87, p. 13-36, maio/ago. 2021. Disponível em: <<https://www.scielo.br/j/rbh/a/mKqxgYcGFLmDBCNWmVKJ4gd/?format=pdf&lang=pt>>. Acesso em: 14 fev. 2025.